

Desafios do desenvolvimento socioeconômico no Brasil: desigualdade e concentração de renda em âmbito municipal no Estado de São Paulo**Challenges of socioeconomic development in Brazil: inequality and concentration of income in the municipal sphere in the State of São Paulo**

Recebimento dos originais: 02/05/2018

Aceitação para publicação: 13/06/2018

Lilian Segnini Rodrigues

Mestra em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Endereço: Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos/SP, Brasil

E-mail: liliansegnini@ufscar.br

RESUMO

No Brasil, a desigualdade e a concentração de renda se faz presente em todo território, não sendo diferente em âmbito municipal, onde são fortes as características de subdesenvolvimento nos municípios predominantemente ligados às atividades rurais e com baixo número de habitantes. Em que pese a melhora nas condições de vida da sociedade brasileira, de modo geral, notadamente nas últimas duas décadas, o país ainda é marcado pela carência de igualdades, das mais variadas categorias, e em todas as suas Unidades Federativas. Essa pesquisa se limita a analisar a desigualdade e concentração de renda entre os municípios do Estado de São Paulo, com o objetivo de mensurar a discrepância existente entre eles em termos de desenvolvimento, partindo de um indicador já consolidado: o Índice de Desenvolvimento Humano. Adicionalmente a esse indicadoresão apresentados e analisados outros dois, a saber: PIB *per capita* e Índice de Gini. Ao final, evidencia-se a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento local, bem como mudanças institucionais na política econômica do país.

Palavras-chave: Concentração de Renda; Desenvolvimento; Desigualdade; IDH, Índice de Gini; PIB *per capita*.

ABSTRACT

In Brazil, inequality and income concentration are present throughout the country, and are not different at the municipal level, where the underdevelopment characteristics are strong in municipalities predominantly linked to rural activities and with a low number of inhabitants. In spite of the improvement in the living conditions of Brazilian society, in general, especially in the last two decades, the country is still marked by the lack of equalities, of the most varied categories, and in all its Federative Units. This research is limited to analyzing the inequality and concentration of income among the municipalities of the State of São Paulo, in order to measure the discrepancy between them in terms of development, starting from an already consolidated indicator: the Human Development Index. In addition to this indicator, two other indicators are presented and analyzed:

GDP per capita and Gini index. At the end, it is evident the need of public policies of local development, as well as institutional changes in the economic policy of the country.

Keywords: Concentration of Income; Development; Inequality; HDI, Gini index; GDP per capita.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é, historicamente, um país caracterizado pelas desigualdades sociais. Esse é um consenso que permeia o meio acadêmico, não apenas em âmbito nacional, mas também mundialmente. Portanto, o grande desafio para o pleno desenvolvimento do país não se constitui em virtude da falta de recursos financeiros, já que estamos nos referindo a nona maior economia mundial, mas sim da desigualdade em sua distribuição. Obviamente, a desigualdade vem acompanhada de uma alta concentração de renda e poder, presente em todo o território nacional brasileiro, cujas políticas públicas de transferência de renda, quando corretamente implementadas, são capazes apenas de amenizar, tamanha a discrepância.

Gremaudet *al.* (2007, p. 80), ao introduzirem a temática do desenvolvimento e distribuição de renda no Brasil, apresentam uma pergunta muito pertinente: “Por que não se considera então o Brasil um país desenvolvido?”, tendo em vista que nas últimas décadas o país cresceu, em termos de Produto Interno Bruto – PIB, a taxas elevadas. Logo, os autores procuram esclarecer a diferença entre crescimento e desenvolvimento, sendo o primeiro a ampliação da quantidade de produção e, o segundo, resumidamente, acrescenta-se ao conceito de crescimento a natureza e a qualidade desse crescimento, sempre pensando em melhores condições de vida para a população. Em outras palavras, desenvolvimento é o crescimento econômico somado à melhora na qualidade de vida da coletividade. Dessa maneira, dada a sua complexidade, tem-se que não é simples medir o desenvolvimento de um território, já que muitas são as variáveis que nele interferem.

Para Carvalho (2016) o desenvolvimento requer uma reflexão sobre seu deslocamento do conceito estritamente material, ou crescimento, para uma visão mais abrangente, na qual estão inseridas as dimensões sociais, como saúde e educação. O autor afirma, portanto, que crescimento e desenvolvimento são processos distintos que, quando combinados, contribuem para melhorar as condições de vida da sociedade, ampliando as oportunidades e diminuindo as privações, sejam elas individuais, coletivas ou sociais.

Portanto, é indubitável pensar em desenvolvimento sem levar em consideração as melhores condições de vida da sociedade, em termos de expectativa de vida (saúde) e educação, além da renda. Equivocadamente, leva-se em consideração, como medida para o desenvolvimento, apenas o PIB *per capita* de uma região, que é nada mais que o PIB total dividido pelo número de habitantes

daquela localidade. Esse índice seria ideal se vivêssemos em um país com plena igualdade de renda, o que não acontece nem mesmo em países tidos como desenvolvidos, que dirá nos países em vias de desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, como prefere Celso Furtado¹, como é o caso do Brasil, onde a alta concentração de renda mascara o PIB *per capita*, que, portanto, não deve ser utilizado como único indicador para aferição do desenvolvimento do país.

O indicador que mais contribuí para mensurar o desenvolvimento de um país, estado ou município, e que deve ser utilizado em conjunto com outros indicadores, é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, criado pelo economista paquistanês Mahbudul Haq, com a colaboração do economista, e Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o IDH “pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento” (PNUD, 2017).

Assim sendo, há outro indicador igualmente muito utilizado na questão do desenvolvimento, o Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade de renda em determinado território (grupo/região). Segundo **Wolffenbüttel** (2004), o índice de Gini aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, o índice pode variar de zero a um, sendo que o valor zero representa a situação de plena igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. Em contrapartida, o valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza, representando a desigualdade total.

Medir o desenvolvimento de uma região é extremamente importante para o campo das políticas públicas, principalmente as relacionadas à transferência de renda. Através da aferição, os gestores públicos são capazes de priorizar as regiões mais críticas, em termos de qualidade de vida, tendo em vista a escassez de recursos. Segundo Sen (2000) muitas pessoas são vítimas de variadas formas de privação da liberdade básica de sobrevivência, sendo impedidas do processo de desenvolvimento. Portanto, localizar essas pessoas é o passo inicial para implementar as políticas públicas de combate às desigualdades.

Diante desse contexto e tendo em vista a relevância da temática do desenvolvimento socioeconômico, o objetivo desse artigo é analisar a discrepância, em termos de desenvolvimento, entre os municípios do Estado de São Paulo. Para tanto, foram selecionados os vinte municípios com maior IDH do Estado e os vinte municípios com menor IDH, apresentando também o PIB *per*

¹ Para Furtado (1982) e seus seguidores, o Brasil ainda não superou o subdesenvolvimento.

capita e o Índice de Gini desses municípios. Desses dados, foi possível fazer algumas análises que contribuem com o debate acerca do tema.

O artigo está estruturado em cinco seções, sendo essa Introdução sua primeira seção. Nas demais seções, segunda, terceira, quarta e quinta, respectivamente, constam a Fundamentação Teórica, a Metodologia da Pesquisa, a Apresentação e Análise dos Resultados e as Considerações Finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento socioeconômico é um fenômeno mundialmente debatido, ao passo que é o objetivo central da Organização das Nações Unidas – ONU. De acordo com Clemente (2000, *apud SILVA et al.*, 2012, p. 2), “o desenvolvimento pode ser conceituado como um processo de enriquecimento dos países e de seus habitantes, relacionado à ascensão no aspecto social, político e sustentável”. Gremaudet *al.* (2007, p. 81) afirmam que “a ideia de desenvolvimento econômico está associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país”.

Embora não haja uma definição única sobre o desenvolvimento, pelo contrário, conforme afirma Carvalho (2016), trata-se de um conceito ainda não pacificado, existe um consenso de que ele deve englobar o crescimento econômico e os aspectos sociais, tais como saúde e educação. Destarte, “há uma convergência teórica em pressupô-lo a partir do: i) crescimento sustentado da economia; ii) avanços tecnológicos e aumento da produtividade do trabalho; iii) democracia e fortalecimento político e institucional e, entre outros fatores, iv) melhora generalizada no padrão de vida da população” (CARVALHO, 2016, p. 8).

Teoricamente, não há como falar de desenvolvimento sem falar em subdesenvolvimento e, para tanto, trazemos à tona as ideias de um dos maiores estudiosos e conhecedores do assunto, Celso Furtado. Para Furtado (1992), o aumento da produtividade e conseqüente acúmulo de capital não vem, necessariamente, acompanhado de homogeneização social, mesmo quando eleva o nível de vida médio da sociedade. É desse caso que cuida a teoria do subdesenvolvimento, tão estudada pelo autor, cuja origem remonta aos ideais de Prebisch sobre o capitalismo, quer seja: o capitalismo é como um sistema que comporta uma ruptura estrutural, onde certas áreas foram lentamente penetradas pelo progresso, que se concentrou nas atividades que produziam matérias-primas destinadas à exportação. Eis a origem da concentração de renda.

Logo, resta claro que o crescimento da produtividade está longe de ser o bastante para produzir o verdadeiro desenvolvimento, conforme afirma Furtado (1992). Para o autor, conhecer a

realidade social é extremamente importante para a superação do subdesenvolvimento. Em suas palavras:

“O subdesenvolvimento [...] é um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper sua lógica perversa” (FURTADO, 1992, p. 19).

Para Cano (2010, p. 2), na década de 1980, a maioria dos economistas não levou em consideração os problemas de longo prazo e do desenvolvimento brasileiro, ou seja, não pensaram no futuro da nação, fazendo ainda pior na década seguinte, ao declarar sua crença ao neoliberalismo. Segundo o autor, “da omissão passaram à participação ostensiva nesse mar de equívocos, nesse fatal esquecimento de que somos subdesenvolvidos – e não “emergentes”, como disseram os neoliberais”.

O resultado desses erros nas políticas econômicas, originados da importação do neoliberalismo na década de 1990, foi o agravamento dos seus efeitos mais impiedosos: insegurança, violência, desnacionalização, vulnerabilidade externa mais elevada, baixo crescimento, degradação das relações de trabalho, deficiências nas áreas de saúde e educação, corrosão e corrupção política etc. Com isso, um novo olhar para o desenvolvimento e o papel do Estado vieram à tona, em especial na academia, onde crescentes eventos têm discutido essa problemática e o papel dos pesquisadores na busca por alternativas para a política econômica nacional (CANO, 2010).

Para atingir e eliminar o subdesenvolvimento, no entanto, é necessário saber onde está o alvo. Ou seja, é necessário saber quais regiões ou grupos de pessoas carecem de políticas públicas para o desenvolvimento. Em outras palavras, é necessário medir o desenvolvimento. Mas de que forma isso é possível? Segundo Carvalho (2016, p. 9) ainda não há uma resposta apropriada para esta pergunta, porém, entre todas as apresentadas, a mais comum e reconhecida está pautada nos ideais do economista indiano Amartya Sen, que, juntamente com o economista paquistanês Mahbudul Haq, criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que “foi pensado e popularizado, em função de sua busca em medir o grau de desenvolvimento das nações, a partir de variáveis não exclusivamente econômicas”. Por variáveis econômicas podemos entender o PIB *per capita*. Embora o IDH seja um instrumento mais eficaz que o PIB *per capita* para medir o desenvolvimento, já que abrange aspectos sociais além de meros índices econômicos, acaba da mesma forma não sendo suficiente, por não englobar todas as dimensões sociais. Outro indicador também utilizado quando se refere à mensuração do desenvolvimento é o Índice de Gini, capaz de

mensurar a concentração de renda em determinados grupos de pessoas. Nas subseções abaixo abordaremos cada um desses indicadores.

2.1 PIB *PER CAPITA*

Como se aceita, de modo geral, que o desenvolvimento engloba o conceito de crescimento, já que esse último reflete o volume de produção de bens e serviços que visam atender às necessidades humanas, é óbvio que, quanto maior for o PIB de um país, maior o número de pessoas satisfeitas com os produtos e serviços que atendam às suas vontades. Logo, maiores são as chances dessas pessoas viverem bem (GREMAUD *et al.*, 2007).

Gremaud *et al.* (2007) ponderam, entretanto, que a produção de um determinado país deve levar em consideração o seu número de habitantes. Dessa forma, uma primeira referência para a quantificação do desenvolvimento de um país se dá pela utilização do PIB *per capita*, sendo esse a quantidade total de bens e serviços produzidos em determinado país, que também pode ser uma região, dividida pelo número de habitantes desse país ou região.

Com relação ao Brasil, de acordo com o IBGE², o PIB *per capita* em 2015 (último fechamento feito pelo Instituto) foi de R\$ 28.876. Já o Estado de São Paulo apresentou, em 2014, um o PIB *per capita* de R\$ 42.197,87³.

2.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado com o objetivo de suprir as insuficiências do indicador PIB *per capita*, com relação aos aspectos sociais que esse não é capaz de mensurar. O IDH foi feito pela primeira vez no ano de 1990 e, desde então, a periodicidade do seu cálculo é anual, abrangendo três dimensões básicas do desenvolvimento: renda, educação e saúde (CARVALHO, 2016). Para um de seus criadores, Amartya Sen, “a desigualdade de rendas pode diferir de desigualdade em diversos outros “espaços” [...], como bem-estar, liberdade e diferentes aspectos da qualidade de vida, incluindo saúde e longevidade” (SEN, 2010, p. 128).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴, o conceito de desenvolvimento humano envolve a ampliação das escolhas das pessoas, para que elas sejam capazes de serem aquilo que desejam ser e tenham oportunidades para isso. É muito mais do que olhar apenas para a questão da renda, que apesar de ser importante, deve ser vista como um dos

² Dado disponível para consulta no site <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>. Acesso em 12/04/2018.

³ Fonte: BRASIL, IBGE. *Sala de Imprensa*, 2016. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3315>. Acesso em 12/04/2018.

⁴ Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em 12/04/2018.

meios para o desenvolvimento, e não como um fim. Portanto, o IDH é útil para avaliar o desenvolvimento de um território (país, estado, município, etc), não apenas pela renda que ele possui, mas também pela escolarização e expectativa de vida da sua população (MORI & CASADEI, 2013).

O IDH varia entre zero e um, sendo que, quanto mais perto de um, mais desenvolvido é o país. O Brasil, no ano de 2014, ficou classificado no *ranking* global do IDH em 75º lugar, com um índice de 0,755⁵, considerado pelo PNUD como um alto desenvolvimento humano. O Estado de São Paulo apresentou um IDH de 0,783⁶ em 2010, com base nos dados do último Censo realizado pelo IBGE, que é maior que o índice nacional.

2.3 ÍNDICE DE GINI

Também conhecido como Coeficiente de Gini, esse índice leva o nome do seu criador, o estatístico italiano Corrado Gini, e é muito utilizado quando o assunto é a medir a desigualdade de renda de uma população. De acordo com Gremaud *et al.* (2007, p. 94) o Índice de Gini é, na verdade, um instrumento utilizado para medir a concentração de alguma coisa, sendo calculado a partir da chamada Curva de Lorenz. Se tratando da distribuição pessoal da renda, “essa curva é construída relacionando-se as faixas da população acumulada (dos mais pobres aos mais ricos) com a participação acumulada da renda dessas faixas”.

O resultado da sua fórmula varia entre zero e um, onde o zero corresponde à completa igualdade (onde todos têm a mesma renda) e o número um corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa detém toda a renda). Em outras palavras, quanto mais perto do número um, maior é a concentração de renda da população avaliada (BRACARENSE, 2012).

Segundo Bracarense (2012) no Brasil, a distribuição de renda está muito próxima da dos países com a pior distribuição de renda do mundo. O índice de Gini que o Brasil apresentou em 2011 foi de 0,506⁷. Embora o índice tenha caído consideravelmente entre 2005 e 2015, ainda é considerado alto. São Paulo, por sua vez, apresentou, em 2010, um índice de Gini de 0,5768, mostrando que a desigualdade de renda no Estado é mais alta que a média nacional.

⁵ Dado disponível para consulta no site <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em 16/04/2018.

⁶ Dado disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. Acesso em 12/04/2018.

⁷ Dado retirado da Síntese de Indicadores Sociais (SIS)- IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em 12/04/2018.

3 METODOLOGIA

Esse artigo trata-se de uma pesquisa científica, de caráter básico e utiliza uma abordagem qualitativa (SOUZA et al., 2013). Já com relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois visa identificar e descrever as características de determinada população. “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (BERVIAN, 2002, p. 66 apud SOUZA et al., 2013).

Por fim, com relação aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso, utilizando como objeto empírico o Estado de São Paulo, para o qual foram selecionados quarenta municípios para uma análise comparativa, sendo os vinte primeiros e os vinte últimos classificados no *ranking* do IDH. Segundo Yin (2001, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Com relação aos procedimentos de coleta de dados, essa pesquisa utilizou, para o referencial teórico, livros, *e-books*, artigos de periódicos digitais e informações e dados estatísticos disponibilizados em sites de Institutos de Pesquisa, do Governo do Estado de São Paulo, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, dentre outros. Esses últimos também foram utilizados na segunda etapa, o estudo de caso. Os dados coletados, embora possuam características quantitativas, serão analisados qualitativamente de modo a permitir uma análise, reflexiva e não conclusiva, sobre a desigualdade e concentração de renda no Estado de São Paulo.

4 RESULTADOS

O Estado de São Paulo, de acordo com o IBGE⁸, possuía uma população estimada, em 2017, de 45.094.866 habitantes e 645 municípios, sendo o Estado mais rico do Brasil, respondendo por 28,7% do PIB brasileiro⁹. Portanto, o Estado, por si só, concentra grande parte da renda do Brasil, sendo também o segundo Estado mais bem desenvolvido do país, com um IDH de 0,783, ficando atrás apenas do Distrito Federal, que possui um IDH de 0,824¹⁰.

Em que pese São Paulo ser um Estado rico e desenvolvido, considerado um dos melhores para se viver, as desigualdades entre os municípios, bem como a concentração de renda, são muito

⁸Dado disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>. Acesso em 16/04/2018.

⁹ Informação disponível no site oficial do Governo do Estado de São Paulo: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp>. Acesso em 16/04/2018.

¹⁰Dados disponíveis em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. Acesso em 16/04/2018.

visíveis, como acontece em todo território nacional. Esse estudo buscou comparar os vinte municípios de São Paulo mais bem classificados e os vinte piores classificados, no ranking do IDHM¹¹, apontando também o Índice de Gini¹² e o PIB *per capita* desses municípios, em comparação com a média estadual e nacional. Os dois primeiros foram calculados com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, o último censo realizado pelo IBGE. Já o PIB *per capita* é referente ao fechamento econômico dos municípios no ano de 2014, sendo o também o último divulgado pelo IBGE¹³.

A Tabela 1 apresenta os vinte municípios de São Paulo mais bem classificados no *ranking* do IDHM (Grupo 1). Nota-se que dentre os trinta e sete municípios mais bem classificados do Brasil, vinte são do Estado de São Paulo. O município de São Caetano do Sul, o primeiro classificado no IDHM 2010, faz parte da região do ABC Paulista, junto com os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, que também estão entre os vinte mais bem classificados.

São Caetano do Sul é um município relativamente pequeno, com uma população estimada em 2016 de 149.263 habitantes, de acordo com o IBGE, sendo que desses, 139.158 são alfabetizados. É o menor município da região do Grande ABC, conforme nos mostra a Figura 1. A Tabela 3 nos mostra que São Caetano do Sul é uma cidade muito rica, com um PIB *per capita* de 102.753,85 reais em 2014. No mesmo ano, como já apresentado, o Estado de São Paulo apresentou um PIB *per capita* de 42.197,87 reais.

¹¹Dados disponíveis em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em 16/04/2018.

¹²Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginisp.def>. Acesso em 16/04/2018.

¹³Dados disponíveis em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=35&search=sao-paulo>. Acesso em 16/04/2018.

Tabela 1: *Ranking* dos vinte municípios de São Paulo mais bem classificados no IDHM 2010 - Grupo 1.

Ranking IDHM 2010 Brasil	Ranking IDHM 2010 SP	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Saúde 2010	IDHM Educação 2010
1°	1	São Caetano do Sul	0,862	0,891	0,887	0,811
2°	2	Águas de São Pedro	0,854	0,849	0,89	0,825
6°	3	Santos	0,84	0,861	0,852	0,807
11°	4	Jundiaí	0,822	0,834	0,866	0,768
12°	5	Valinhos	0,819	0,848	0,85	0,763
13°	6	Vinhedo	0,817	0,84	0,878	0,739
14°	7	Santo André	0,815	0,819	0,861	0,769
14°	8	Araraquara	0,815	0,788	0,877	0,782
16°	9	Santana de Parnaíba	0,814	0,876	0,849	0,725
18°	10	Ilha Solteira	0,812	0,786	0,871	0,782
19°	11	Americana	0,811	0,8	0,876	0,76
24°	12	São José dos Campos	0,807	0,804	0,855	0,764
25°	13	Presidente Prudente	0,806	0,788	0,858	0,774
28°	14	São Paulo	0,805	0,843	0,855	0,725
28°	15	Assis	0,805	0,771	0,865	0,781
28°	16	Campinas	0,805	0,829	0,86	0,731
28°	17	São Bernardo do Campo	0,805	0,807	0,861	0,752
28°	18	São Carlos	0,805	0,788	0,863	0,766
34°	19	Rio Claro	0,803	0,784	0,862	0,766
37°	20	Bauru	0,801	0,8	0,854	0,752

Fonte: Adaptado de PNUD (2016).

Todavia, a Tabela 3 também nos mostra que o índice do Gini do município de São Caetano do Sul foi maior do que a média nacional em 2010 (0,5331)¹⁴, que já é alta, tendo em vista que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Isso comprova que, dentro do próprio município, a desigualdade é muito grande. No geral, os vinte municípios mais bem classificados no ranking do IDHM do Estado de São Paulo possuem um alto índice de desigualdade de renda e PIB elevado, com destaque para a cidade de Santana de Parnaíba, que dentre essas vinte, é a que apresenta mais desigualdade de renda, com um índice de Gini de 0,6858, e com exceção do município de Ilha

¹⁴ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE, no ano de 2010.

Solteira, que não possui um PIB tão alto, porém se destaca no ranking do IDHM e possui um nível de desigualdade menor que a média nacional.

A Tabela 2 apresenta o *ranking* dos municípios com menores IDHM em 2010 (Grupo 2), mostrando a discrepância que existe dentro do Estado em termos de desenvolvimento humano. O último município do *ranking*, Ribeirão Branco, apresenta um IDHM 26,2% menor que o município de São Caetano do Sul, que está no topo do *ranking*. Equiparando os IDHs dos municípios de São Caetano do Sul e Ribeirão Branco com os IDHs de países conhecidos, temos que o primeiro se compara à Grécia, que apresentou um IDH de 0,865 em 2014, considerado pelo PNUD como muito alto, ao passo que o segundo está no mesmo patamar do Marrocos, que em 2014 obteve um IDH de 0,628, considerado médio.

Logo, pode-se afirmar que no Estado de São Paulo há municípios com IDH de países europeus e, no outro extremo, municípios que se comparam, em termos de desenvolvimento, com alguns países africanos de médio IDH. Porém, apesar da discrepância gritante, o último município classificado no *ranking* do IDH do Estado de São Paulo deixa abaixo dele outros 2.253 municípios do Brasil, sendo que o último classificado, o município de Melgaço, na Paraíba, a título de comparação, possui um IDH de 0,418, o que se compara aos países africanos de Moçambique e Serra Leoa, cujos IDHs são considerados baixos, estando entre os últimos no *ranking* global.

Figura 1: Mapa dos municípios da Região do Grande ABC.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_do_Grande_ABC (2018).

Tabela 2: Ranking dos vinte municípios de São Paulo com os menores IDHM em 2010 - Grupo 2

Ranking IDHM 2010 Brasil	Ranking IDHM 2010 SP	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Saúde 2010	IDHM Educação 2010
2481 °	626	Quadra	0,678	0,7	0,822	0,541
2481 °	627	Silveiras	0,678	0,657	0,812	0,584
2503 °	628	Marabá Paulista	0,677	0,65	0,809	0,591
2503 °	629	Pedra Bela	0,677	0,671	0,796	0,581
2503 °	630	Itariri	0,677	0,642	0,837	0,577
2545 °	631	Guapiara	0,675	0,634	0,806	0,602
2573 °	632	Iaras	0,674	0,664	0,848	0,543
2598 °	633	Sete Barras	0,673	0,651	0,832	0,562
2691 °	634	Balbinos	0,669	0,69	0,809	0,537
2716 °	635	Tejupá	0,668	0,668	0,794	0,563
2738 °	636	Buri	0,667	0,642	0,799	0,578
2802 °	637	Riversul	0,664	0,634	0,799	0,577
2870 °	638	Itapirapuã Paulista	0,661	0,595	0,816	0,594
2898 °	639	Bom Sucesso de Itararé	0,66	0,605	0,775	0,613
2898 °	640	Barra do Chapéu	0,66	0,617	0,779	0,599
2964 °	641	Redenção da Serra	0,657	0,633	0,799	0,56
3008 °	642	Natividade da Serra	0,655	0,664	0,814	0,52
3090 °	643	Nova Campina	0,651	0,598	0,799	0,577
3275 °	644	Barra do Turvo	0,641	0,625	0,792	0,532
3312 °	645	Ribeirão Branco	0,639	0,592	0,797	0,553

Fonte: Adaptado de PNUD (2016).

As Tabelas 3 e 4 apresentam o PIB *per capita* e o Índice de Gini dos municípios analisados, bem como uma média de cada grupo. Através delas, podemos observar que a média do PIB *per capita* do primeiro grupo (os vinte municípios mais bem classificados) é muito superior à média do segundo grupo (os vinte municípios com menores IDHM). O primeiro grupo apresenta, em média, um PIB *per capita* de R\$ 46.433,93 anual, o que equivale à R\$ 3.869,49 mensais. O segundo grupo, por sua vez, apresenta R\$ 16.458,61 de PIB *per capita* anual, ou seja, R\$ 1.371,55 mensais.

Todavia, notadamente a concentração de renda nos municípios do primeiro grupo é, em média, maior que nos municípios do segundo grupo. Vejamos que o primeiro grupo apresenta um Índice de Gini médio de 0,5467, ao passo que a média do segundo grupo é de 0,4889. Ou seja, nos

municípios mais ricos, em termos econômicos, a concentração de renda é, em média, maior. O inverso também acontece com os municípios mais pobres, que possuem menor concentração de renda, na média.

Destacamos, no primeiro grupo, a cidade de Santana de Parnaíba, que possui um PIB *per capita* muito alto e, da mesma forma, um elevadíssimo índice de Gini, que não só é o maior do grupo, como também o maior do Estado. No segundo grupo, destacam-se os municípios de Guapiara e Nova Campina, cujos PIBs *per capita* são altos, se comparados com a média do grupo, o que nos leva a supor que a classificação ruim no IDHM do Estado de São Paulo seja por má administração dos recursos públicos. Guapiara, além disso, apresenta um elevado índice de Gini, o maior do grupo, o que também contribui para o baixo desenvolvimento.

Tabela 3: PIB *per capita* e Índice de Gini do Grupo 1.

Ranking IDHM SP	Município	PIB <i>per capita</i> anual 2014 (em reais)	Índice de Gini 2010
1	São Caetano do Sul	102.753,85	0,548
2	Águas de São Pedro	37.033,43	0,5438
3	Santos	46.470,04	0,5624
4	Jundiaí	39.738,66	0,5435
5	Valinhos	45.123,48	0,5529
6	Vinhedo	102.594,74	0,5448
7	Santo André	39.738,66	0,5428
8	Araraquara	35.555,44	0,5039
9	Santana de Parnaíba	65.133,83	0,6858
10	Ilha Solteira	19.267,64	0,4827
11	Americana	47.265,58	0,4693
12	São José dos Campos	45.411,77	0,5633
13	Presidente Prudente	31.183,10	0,5444
14	São Paulo	52.796,78	0,6453
15	Assis	26.132,76	0,504
16	Campinas	49.950,16	0,5782
17	São Bernardo do Campo	58.597,99	0,5525
18	São Carlos	40.994,71	0,4986
19	Rio Claro	42.613,74	0,5081
20	Bauru	33.292,37	0,5596
Média		46.433,93	0,5467

Fonte: Elaboração própria, através de dados do IBGE (2017).

Tabela 4: PIB *per capita* e Índice de Gini do Grupo 1.

Ranking IDHM SP	Município	PIB <i>per capita</i> anual 2014(em reais)	Índice de Gini 2010
626	Quadra	23.301,90	0,4908
627	Silveiras	9.081,15	0,4803
628	Marabá Paulista	24.815,02	0,3962
629	Pedra Bela	10.703,66	0,4069
630	Itariri	12.108,64	0,526
631	Guapiara	32.589,77	0,5657
632	Iaras	14.390,68	0,5257
633	Sete Barras	18.027,10	0,5156
634	Balbinos	8.687,37	0,3839
635	Tejupá	14.870,67	0,4807
636	Buri	17.797,08	0,513
637	Riversul	8.054,19	0,5152
638	Itapirapuã Paulista	7.345,68	0,5351
639	Bom Sucesso de Itararé	13.493,50	0,4456
640	Barra do Chapéu	14.173,43	0,5492
641	Redenção da Serra	11.180,38	0,4724
642	Natividade da Serra	9.755,99	0,5216
643	Nova Campina	37.890,44	0,468
644	Barra do Turvo	9.019,70	0,5043
645	Ribeirão Branco	28.236,85	0,4811
Média		16.458,61	0,4889

Fonte: Elaboração própria, através de dados do IBGE (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora, nas últimas duas décadas, os estudos e pesquisas de institutos como o IBGE e o IPEA nos apontem para uma melhoria nas condições de vida da população brasileira, notadamente em função do crescimento econômico, da valorização do salário mínimo e de políticas públicas de transferência de rendas, o país ainda é marcado pelas desigualdades sociais. Como podemos ver nessa pesquisa, nem mesmo o estado mais rico do país está ileso dessa desigualdade.

O grupo 1, representado pelos municípios mais bem classificados no *ranking* do IDHM do Estado de São Paulo apresenta, em contrapartida, uma elevada concentração de renda. Podemos

notar que, no geral, tratam-se de municípios com algumas dessas características: bem industrializados, com universidades públicas, tecnologia avançada, turismo em alta, etc. A concentração de renda nesses territórios é maior pois foram (e continuam sendo) justamente neles que se instalaram os detentores do capital, para explorar alguma atividade econômica. Logo, muito dinheiro fica concentrado nas mãos de poucos.

O grupo 2, em contrapartida, é representado pelos municípios com os vinte piores IDHMs do Estado. Evidentemente, são cidades muito pequenas (algumas são antigos vilarejos) localizadas em regiões serranas ou regiões rurais, cuja produção agropecuária, agrícola ou o artesanato são a base econômica do município. Por não terem característica urbana predominante, são pouco desenvolvidas.

Para superar o subdesenvolvimento dos municípios, melhorando a qualidade de vida da população, são necessárias políticas públicas de desenvolvimento local, das quais muito têm falado os economistas contemporâneos. É claro que não é tarefa fácil, tendo em vista que o processo de desenvolvimento é demasiadamente complexo, conforme nos afirma Brandão (2008) “o desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade”. Segundo o autor, é fundamental que esse processo seja efetuado conjuntamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc).

Resumidamente, através dos resultados dessa pesquisa, resta claro que a complexidade do desenvolvimento torna o processo moroso, como nos confirma a literatura apresentada na primeira parte desse artigo, já que, passados quase quinze anos do recomeço de uma política desenvolvimentista (com o governo Lula), ainda são altas e muito claras as desigualdades e a concentração de renda que permeiam o país. Fica evidente, da mesma forma, que o Brasil não superou o subdesenvolvimento, conforme nos alerta Celso Furtado.

Todavia, não é somente a complexidade do processo a causadora do seu atraso, mas também a atuação do Estado, que deve parar de pensar apenas no desenvolvimento no curto prazo e colocar em prática políticas que privilegiam o desenvolvimento sustentável, a longo prazo. Ou seja, tais políticas de curto prazo possuem limites, sendo necessárias mudanças estruturais e institucionais na economia brasileira, tal como o fortalecimento do sistema nacional de inovação, para que deixemos de ser grandes importadores e dependentes de tecnologias estrangeiras. Logo, mudanças institucionais associadas às políticas públicas de desenvolvimento local podem levar o país a outro patamar, onde a desigualdade não seja um indicador relevante.

REFERÊNCIAS

BRACARENSE, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F. e MILANI, C. R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador, Editora da UFBA, 2008.

CANO, W. (2010). **Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 183, agosto 2010. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311433430.CANO1.pdf>. Acesso em: 10/04/2018.

CARVALHO, J.G. **Economia política e desenvolvimento**: Um debate teórico. Coleção governança e desenvolvimento. Grupo de Pesquisa em Ideias, Intelectuais e Instituições, UFSCar: 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/358008817/Economia-Politica-e-Desenvolvimento-um-debate-teorico>. Acesso em: 16/04/2018.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Revista Economia e Sociedade**, v. 1, ago. 1992, p. 5-19. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643307>. Acesso em 12/04/2018.

GREMAUD, A. P; et al. **Economia brasileira contemporânea**. 7º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MORI, K. G.; CASADEI, S. R. **Desenvolvimento humano? E eu com isso?** São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

Brazilian Journal of Development

SILVA, A. M. P.; OLIVEIRA, E. A. A. Q.; ARAUJO, E. A. S. **Uma análise do Programa Bolsa Família e da pobreza como fator de exclusão.** Anais do 4th International Congress on University-Industry Cooperation - Taubate, SP - Brazil -December 5th through 7th, 2012.

SOUZA, D. I. *et al.* **Manual de orientações para projetos de pesquisa.** Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. **Revista Desafios do Desenvolvimento.** IPEA. 2004. Ano 1. Edição 4 –novembro/2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.